



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro
Diretoria de Planejamento e Projetos

PROJETO BÁSICO

Imóvel: Mercado do Produtor Agro- Guapimirim

Endereço: Estrada do Bananal

Município: Guapimirim-RJ

Código do Imóvel: 02.120.001

Proposta: P127/2022 – SISTEMA PLENO, e
D127/2022 – SISTEMA DESONERADO

Orçamento: P127.001 a P127.009/22 – SISTEMA PLENO, e
D127.001 a D127.009/22 – SISTEMA DESONERADO

Orçamentista: EDUARDO EUGENIO MENDES BAPTISTA - ID 4.432.287-9

Natureza dos Serviços: CONSTRUÇÃO.

1. INTRODUÇÃO :

O presente Projeto Básico tem por objetivo estabelecer o escopo, as diretrizes, as especificações técnicas e os padrões exigidos para a contratação a ser realizada pela Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro – EMOP-RJ, para a construção do **Mercado do Produtor AgroRJ- Guapimirim**, situado na Estrada do Bananal, s/nº, no município de Guapimirim .

1.1 REGIME DE CONTRATAÇÃO :

Será adotado o **Regime de Contratação de Empreitada por Preço Unitário**, compatível com o grau de detalhamento de elementos necessários a execução do objeto, condicionando o pagamento apenas pelos serviços efetivamente executados.

1.2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

O Critério de Julgamento das propostas a ser adotado é o de menor preço, pois proporciona o menor dispêndio para o Cliente, atendendo aos parâmetros mínimos de qualidade e segurança, bem como os prazos definidos neste Projeto.

2. OBJETO:

O objeto do presente Projeto Básico é a contratação de empresa especializada no ramo de engenharia, para a execução de serviços de construção e implantação do **Mercado do Produtor AgroRJ - Guapimirim**, atendendo as Normas Técnicas vigentes e as solicitações do Município de Guapimirim.

3. DESCRIÇÃO DO IMÓVEL:

O **Mercado do Produtor Municipal AGRO-RJ** foi desenvolvido em um terreno cedido pela Prefeitura de Guapimirim com área total de 2.276,00m² aproximadamente.

Nele foram implantados uma edificação em formato “I” (Galpão 1) com vão livre para exposição das mercadorias dos agricultores locais; uma edificação com bloco de Banheiros no pavimento Térreo, bloco Administrativo no pavimento Superior e cobertura externa em pergolado em madeira; e uma terceira edificação com vão livre interno (Galpão 2 e 3) também destinada à exposição das mercadorias dos agricultores locais, também contempla um Estacionamento e um Espaço da Criança.

O entorno das edificações será urbanizado com canteiros e bancos, tornando o local uma área de atrativo comercial e convívio social, promovendo o desenvolvimento econômico e o bem estar da população.

O projeto atende às Normas de Acessibilidade NBR-9050.

4. JUSTIFICATIVAS DA CONTRATAÇÃO:

O Estado do Rio de Janeiro possui diversos municípios com Atividades Agrícolas e que produzem os mais variados tipos de produtos rurais. Tais produtos muitas vezes não possuem um local adequado para sua exposição e comercialização, dificuldade essa enfrentada pelos produtores rurais.

A criação e a padronização do Mercado do Produtor AgroRJ de Guapimirim tem como objetivo a concentração dessas produções, expondo as mercadorias dos produtores regionais para a sua divulgação e comercialização.

Esse espaço irá se tornar polo de negociação comercial com produtos oriundos da região, vinculados a agricultura, gastronomia, artesanato, dentre outros. Dessa forma, nesses pontos serão estabelecidas relações de convivência, interação social e de desenvolvimento regional, além de promover a cultura local e suas tradições.

Diante do exposto, acreditamos que a implantação do Mercado do Produtor AgroRJ de Guapimirim, potencializará o fomento ao crescimento dos produtores agrícolas locais e o desenvolvimento econômico local.

5. ESCOPO DOS SERVIÇOS:

Estão descritos nos orçamentos P127/2022 – Sistema Pleno e D127/2022 – Sistema Desonerado, nos projetos e nos relatórios e são, resumidamente, os que se seguem:

Os serviços solicitados contemplam na implantação as seguintes edificações:

ARQUITETURA

- **Edificação – Galpão 01 (Expositor)**

Área: 104,83m²

Caracteriza-se por uma arquitetura rústica e com partes do seu perímetro livre de paredes e pilares em concreto envolvidos com revestimento de pedras de mão. O telhado em telhas cerâmicas com a tesoura em madeira que deverá permanecer aparente. O piso interno será em marmorite, de fácil limpeza, com alguns pontos contendo torneiras, tipo de jardim, para limpeza da área.

Para maiores detalhes das especificações dos revestimentos ver Memorial Descritivo e Orçamento.

- **Edificação – Galpão 02 e 03 (Expositor)**

Área: 215,20m²

Caracteriza-se por uma arquitetura rústica e com todo o seu perímetro livre de paredes e pilares em concreto envolvidos com revestimento de pedras de mão. O telhado em sua maior área com telhas cerâmicas, e dois pontos elevados com telha de vidro e um pergolado central, fazendo com que o ambiente tenha uma iluminação natural maior. O piso interno será em marmorite, de fácil limpeza, com alguns pontos contendo torneiras, tipo de jardim, para limpeza da área.

Para maiores detalhes das especificações dos revestimentos ver Memorial Descritivo e Orçamento.

- **Edificação – Administrativo/Banheiros**

Área: 112,10m²

Esse bloco, com dois pavimentos, os Sanitários se encontram no Térreo com uma área de 19,53m²/cada (masculino e feminino), atendendo as normas de acessibilidade NBR-9050.

No pavimento superior encontram-se as Salas Administrativas, uma com área de 19,53m² e a outra com 12,78m². Para atende-las há um banheiro e o acesso a esse andar se dá através de escada.

- **Área Externa - Urbanização**

Área Intertravado: 1.298,68m²

Área Estacionamento: 198,97 m²

A base da pavimentação será de brita graduada, com adição de cimento compacto.

O tento de granito, deve ser rejuntado de argamassa de cimento e areia.

O meio fio a ser instalado, deve ser de concreto pré-moldado, com formato de paralelogramo.

A pavimentação de lajotas de concreto, intertravado colorido, deve ser preferencialmente sem chanfro com resistência de 35Mpa, com articulação vertical, sobre colchão de pó de pedra e com juntas de argamassa de cimento e areia. As áreas destinadas a pavimentação em piso intertravado de concreto permeável deverão ter uma abertura de no mínimo 20cm de espessura, em que serão colocadas as camadas de solo compactado, bica corrida, pedrisco e areia. A resistência do piso também deverá ser de 35Mpa. As cores utilizadas deverão ser checadas em projeto, conforme sua descrição.

Deverá ser aplicado o piso tátil direcional e de alerta na pavimentação externa conduzindo, dessa forma, o PCD aos principais acessos das edificações, seguindo o projeto desenvolvido conforme a NBR-9050.

O piso monolítico com agregados de mármore deverá ser moldado in loco e serem acrescentadas as juntas de construção e indução de acordo com as medidas e tonalidades especificadas em projeto.

A urbanização também contempla a construção de calçadas em concreto desempenado no entorno do terreno, assim como canteiros com paisagismo (árvores, arbustos e forração).

- **Estacionamento**

O estacionamento terá 11 vagas de carro, sendo uma reservada para PC e uma reservada para idosos. O piso do estacionamento deverá ser de em asfalto ecológico com reaproveitamento de resíduos de pneus em sua composição.

- **Espaço da Criança**

O espaço da criança é caracterizado por uma área de parquinho delimitado por canteiro e pórticos de acesso. O piso será de grama sintética e os brinquedos a serem instalados serão: balanço, gangorra e escorrega. Além disso, deverão ser instalados bancos e lixeiras no entorno do Espaço da Criança.

- **Pintura**

Para peças e equipamentos em ferro, expostas e instaladas na área do mercado, após o preparo por meio de lixamento e limpeza, usar pintura com esmalte sintético brilhante anticorrosiva, devendo ser aplicada nas faces internas e externas das peças e equipamentos.

O piso cimentado liso deve receber tinta 100% acrílica após o lixamento e limpeza adequada.

As marcações das vagas de PCD's e idosos deverão ser nas cores indicadas conforme projeto e suas especificações.

Todo madeiramento interno e externo, deverá receber pintura com tinta a óleo brilhante conforme projeto.

ESTRUTURA

- A Estrutura será em Concreto Armado com fck 30 Mpa e as Fundações do tipo direta (sapatas)
- O Projeto Executivo é composto de Blocos sendo eles:

- Bloco administração: 02 Pranchas de Formas
10 Pranchas de Armações.

- Bloco Galpão Central: 03 Pranchas de Formas
06 Pranchas de Armações.
01 Prancha de Vigas Metálicas

- Bloco Galpão Lateral: 05 Pranchas de Armações
03 Pranchas de Formas

INSTALAÇÕES

INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

- Toda a instalação deverá estar de acordo com a norma NBR 13570 – Instalações Elétricas em locais de afluição de público;
- Serão instalados novos quadros elétricos destinados a atender a distribuição de luz e tomadas de uso geral do Prédio do Administrativo e dos Galpões;
- Será instalado um quadro geral de baixa tensão, QGBT, que alimentará a iluminação externas e os quadros parciais de distribuição dos circuitos dos galpões e do prédio do administrativo.
- Serão instaladas luminárias para a iluminação externa e do Espaço Criança;
- Será montada uma entrada de energia com medidor trifásico em poste particular que será instalado para atender ao empreendimento;
- Serão instalados cabos alimentadores de diversas bitolas, bem como eletrodutos com condutes;
- Serão instaladas luminárias com lâmpadas tubulares LED 2x18W, arandelas em alumínio e vidro com base para fixação e bocal E27 para lâmpadas bulbo LED A60 e na área externa serão instalados postes de concreto com seção circular com 7m com uma ou duas pétalas de 1,5m a 2,5m com luminárias de LED de 100W cada, espetos para iluminação de jardim em LED com 10w cada.
- O comando da iluminação externa e dos Galpões será através de chaves de comando instaladas na porta dos quadros elétricos;
- Todo eletroduto embutido no piso será do tipo pesado (PEAD) com bitola mínima de 1 ¼”, todo eletroduto embutido em alvenaria ou laje deverá ser corrugado flexível antichamas de bitola mínima de ¾”, todo eletroduto aparente deverá ser de ferro galvanizado a fogo com bitola mínima de ¾”;
- Todo cabo alimentador de painel deverá ser 0,6/1 kV e com isolamento em borracha etileno-propileno (HEPR) ou polietileno reticulado (XLPE) ambos com temperatura de 90°C e com bitola mínima de #6mm², os cabos de distribuição dos circuitos deverão ser 450/750V com isolamento em composto termoplástico poliolefinico, não halogenado e com baixa emissão de fumaça (70°C) de acordo com a norma ABNT NBR 13248.

INSTALAÇÕES SOLARES

- Será instalado um Sistema de Energia Solar Fotovoltaica com um total de 16 painéis de 420W divididos em duas strings de 8 e um inversor 220V de 30kW com duas entradas em corrente contínua (CC);
- Os painéis solares fotovoltaicos serão instalados no telhado do prédio da administração.
- Toda estrutura metálica deverá ser devidamente aterrada.

INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS

- Sistema de Água Fria abastecido pela rede pública com Reservatório Superior de 1500L na cobertura da edificação administrativa. Caso o fornecimento público seja intermitente ou haja períodos de falta d'água, adotar reservatório inferior de 10.000L.

INSTALAÇÕES SANITÁRIAS

- Sistema de Tratamento de Esgoto sanitário composto por fossa séptica e filtro anaeróbico com despejo na rede pública

INSTALAÇÕES DE PREVENÇÃO E COMBATE AO INCÊNDIO

- Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio composto por extintores do tipo ABC, placas de sinalização e iluminação de emergência.

5.1. PROJETOS ELABORADOS PELO DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA - DEPPRO

Geral

01-IMPLANTAÇÃO – COBERTURA

02-IMPLANTAÇÃO - PB GERAL

03-PLANTA DE PISO TÁTIL E DETALHAMENTOS DE ACESSIBILIDADE

Galpões (Expositor)

01.08-PLANTA COBERTURA

02.08-PLANTA PAGINAÇÃO DE PISO

03.08- PLANTA DE PONTOS ELÉTRICOS

04.08-CORTES CC E DD

05.08- ELEVÇÃO 01 E 02

06.08DETALHE PILAR TIPO 01

07.08-DETALHE PILAR TIPO 02

08.08-DETALHE PILAR TIPO 03

Administração/Banheiros:

01.08-ADM-BANHEIROS-PB TÉRREO-1º PAV COBERTURA

02.08-ADM-BANHEIROS-PAGINAÇÃO PISO

03.08-ADM-BANHEIROS-PONTOS ELÉTRICOS

04.08-ADM-BANHEIROS-CORTES

05.08 ADM-FACHADAS

06.08-ADM-BANHEIROS-DETALHAMENTO BANHEIRO

07.08-ADM-DETALHAMENTO JANELAS

08.08-ADM-DETALHAMENTO PORTAS

Espaço da Criança

01.05-PLANTA BAIXA

02.05-PLANTA COBERTURA

03.05-PLANTA PAGINAÇÃO DE PISO

04.05- PLANTA DE PONTOS ELÉTRICOS

05.05-VISTA 1

Detalhes Telhado:

01.07-GALPÃO 1 – DETALHES TELHADO

02.07-GAPÃO 1 – DETALHE TELHADO

03.07-GALPÃO 2-3 – DETALHE TELHADO

04.07- GALPÃO 2-3 – DETALHE TELHADO

05.07- GALPÃO 2-3 – DETALHE TELHADO

06.07- GALPÃO 2-3 – DETALHE TELHADO

07.07-ADMINISTRAÇÃO – DETALHE TELHADO

5.2. PROJETOS ELABORADOS PELO DEPARTAMENTO DE ESTRUTURA (DEPES):**ADMINISTRAÇÃO**

- EMOP-EST-ADM- ARM.ESCADA
- EMOP-EST-ADM- ARM.LONG.INF.SUP
- EMOP-EST-ADM- ARM.PILARES (1)
- EMOP-EST-ADM- ARM. PILARES (2)
- EMOP-EST-ADM- ARM.TRANS.INF.SUP
- EMOP-EST-ADM- ARM.VIGA.1 PAV
- EMOP-EST-ADM- ARM.VIGA 2 PAV (1)
- EMOP-EST-ADM- ARM.VIGA 2 PAV (2)
- EMOP-EST-ADM- ARM.VIGA.COB
- EMOP-EST-ADM- FORMAS
- EMOP-EST-ADM- FUNDAÇÃO
- EMOP-EST-ADM- LOCAÇÃO

GALPÃO

- EMOP-EST-GALP - ARM.LONG.INF.SUP
- EMOP-EST-GALP - ARM.PILARES
- EMOP-EST-GALP- ARM.TRANSV.INF.SUP
- EMOP-EST-GALP- FUNDAÇÃO
- EMOP-EST-GALP- ARM.VIGAS. TELH BAIXO
- EMOP-EST-GALP- ARM.VIGAS. TÉRREO (1)
- EMOP-EST-GALP- FORMAS
- EMOP-EST-GALP- LOCAÇÃO

GALPÃO CENTRAL

- EMOP-EST-GALP CENTRAL- ARM.LONG.INF.SUP
- EMOP-EST-GALP CENTRAL- ARM.PILARES
- EMOP-EST-GALP CENTRAL- ARM.TRANSV.INF.SUP
- EMOP-EST-GALP CENTRAL- ARM.VIGAS. TÉRREO (1)
- EMOP-EST-GALP CENTRAL- ARM.VIGAS. TÉRREO (2)
- EMOP-EST-GALP CENTRAL- CORTES
- EMOP-EST-GALP CENTRAL- FORMAS
- EMOP-EST-GALP CENTRAL- FUNDAÇÃO
- EMOP-EST-GALP CENTRAL- LOCAÇÃO
- EMOP-EST-GALP CENTRAL- VIGAS METÁLICAS

5.3. PROJETOS ELABORADOS PELO DEPARTAMENTO DE INSTALAÇÕES (DEPINS):

1 - MP_GUAPIMIRIM-ELE-01.04-R00

MP_ GUAPIMIRIM -ELE-01.04-R00 – Quadro de Cargas e Diagramas

MP_ GUAPIMIRIM -ELE-02.04-R00 – Iluminação e Tomadas

MP_ GUAPIMIRIM -ELE-03.04-R00 – Plantas baixas iluminação, tomadas e diagramas

MP_ GUAPIMIRIM -ELE-04.04-R00 – Quadro de Cargas e Diagrama

3 – EMOP-ÁGUAS PLUVIAIS-01-06 Rev00

MP-GUA-APL-PE-01-R0-IMPLANTAÇÃO

2 – EMOP-ESGOTO-01-06 Rev00

MP-GUA-EG-PE-01-R0-TERREO

MP-GUA-EG-PE-02-R0-1 PAV.

MP-GUA-EG-PE-03-R0-TELHADO

MP-GUA-EG-PE-04-R0-ESQUEMA VERTICAL

MP-GUA-EG-PE-05-R0-ORIENTAÇÃO INSTALAÇÃO

3 – EMOP-HIDRÁULICO-01-06 rev00

MP-GUA-HID-PE-01-R0-IMPLANTAÇÃO

MP-GUA-HID-PE-02-R0-TÉRREO

MP-GUA-HID-PE-03-R0-1 PAV.

MP-GUA-HID-PE-04-R0-COBERTURA

MP-GUA-HID-PE-05-R0-LAJE DA COBERTURA

MP-GUA-HID-PE-06-R0-ESQUEMA VERTICAL

4 – EMOP-INCÊNDIO-01-04 rev00

GUA-EX-INC-PB-01-R0-SITUAÇÃO

GUA-EX-INC-PB-02-R0-P.BAIXAS

GUA-EX-INC-PB-03-R0-P.BAIXAS

GUA-EX-INC-PB-04-R0-P.BAIXAS

6. SERVIÇOS PRELIMINARES:

A obra deverá ser sinalizada com a placa de identificação de obra pública, onde a mesma deverá ser fornecida com suportes de madeira e posicionada para identificação da obra em execução.

As Leis, Normas, Atos e demais documentos a seguir relacionados deverão ser rigorosamente observados, sem prejuízo de outros ordenamentos da legislação nacional.

- Lei Federal Nº13.303/16 de 30 de junho de 2016 – Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- Decreto Nº46.188 de 06 de dezembro de 2017 - Regulamenta, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, a Lei nº13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias.
- Regulamento de Licitações e Contratos da Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro – EMOP, de 02 de outubro de 2018.
- Decreto Nº46.642 de 17 de abril de 2019 - Regulamenta a fase preparatória das contratações no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.

Observações:

A medição dos itens constantes nos orçamentos P127.009/22 e D127.009/22 (Encargos Complementares), referindo-se, respectivamente aos sistemas pleno e desonerado, deverá ter seus quantitativos determinados após apropriação e comprovação da mão de obra empregada na execução dos serviços.

O item de “Administração local” previsto no código 01.090.0680-6 do orçamento P127.001/22 (Sistema Pleno) e no código 01.090.0680-G do orçamento D127.001/22 (sistema desonerado) será pago com a quantidade que expressar o percentual mensal de serviços executados, que poderá ser consultado no orçamento nº 4137.001/22 (sistema pleno) e orçamento nº 3137.001/22 (sistema desonerado).

7. CRONOGRAMA PRAZO DE EXECUÇÃO:

Os serviços constantes do presente Projeto Básico deverão ser executados no prazo de 180 dias a partir da emissão do respectivo Memorando de Início, respeitando-se o cronograma físico-financeiro.

8. MÊS DE REFERÊNCIA DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA:

A Planilha Orçamentária a que se refere o presente Projeto Básico tem como data base o mês de Junho de 2022.

9. REAJUSTAMENTO:

Decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data base da assinatura do Contrato, poderá a Contratada fazer jus a atualização (reajustamento) dos serviços ainda não pagos.

Essa atualização será realizada através do índice geral da construção civil, código 05.100 constante no Boletim Mensal de Custos da EMOP, de acordo com a fórmula a seguir:

$$PR = (I / I_0) \times P_0$$

Onde:

PR = Preço Unitário após o reajustamento estabelecido.

I₀ = Índice constante do Boletim de Custo Mensal da EMOP, código 05.100 (índice geral da Construção Civil) relativo ao mês da apresentação da proposta da contratada.

I = Índice constante do Boletim de Custo Mensal da EMOP, código 05.100 (Índice Geral da Construção Civil) relativo ao mês correspondente a um ou mais períodos de 12 (doze) meses, após a data da assinatura do contrato.

Po = Valor unitário constante da Planilha Orçamentária, apresentada pela firma Licitante.

Observação:

A prorrogação de prazos a pedido da CONTRATADA, e sem culpa ou responsabilidade por parte da CONTRATANTE, não enseja reajuste ou correção.

10. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO:

A medição será executada mensalmente, após a aferição da realização das etapas e serviços.

O Cronograma de desembolso e os prazos de execução serão estabelecidos no instrumento contratual.

Somente poderão ser considerados para efeito de pagamento os serviços efetivamente executados pela Contratada, em conformidade com o presente Projeto Básico.

A Contratante só deverá efetuar os pagamentos das faturas emitidas pela Contratada com base nos serviços aprovados pela Equipe de Fiscalização, obedecidas às condições estabelecidas no presente Projeto Básico.

Os pagamentos das faturas estão condicionados à análise e aprovação pela Fiscalização dos produtos apresentados.

11. LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA:

Cabe ao proponente estabelecer o percentual de ISS compatível com a legislação tributária do município onde serão prestados os serviços previstos para a obra, observando a forma de definição da base de cálculo do tributo.

O percentual de BDI apresentado pelos licitantes devem apresentar 2 (duas) casas decimais, tendo em vista uma desejável precisão dos preços oferecidos.

12. FISCALIZAÇÃO:

A Fiscalização deverá tomar as providências para que a CONTRATADA cumpra todas as suas obrigações.

No Livro de Ordem de Obras e Serviços, fornecido pela contratada, e mantido no local dos serviços, a Fiscalização deverá anotar:

1. O atestado da veracidade dos registros efetuados pela CONTRATADA;
2. O juízo formado sobre o andamento da obra, tendo em vista os projetos, especificações, prazos e cronogramas;
3. As observações cabíveis a propósito dos lançamentos da CONTRATADA;
4. As respostas às consultas lançadas ou formuladas pela CONTRATADA;
5. As restrições que lhe pareçam cabíveis a respeito do andamento dos trabalhos ou do desempenho da CONTRATADA, seus prepostos e sua equipe;
6. A determinação de providências para o cumprimento do projeto e especificações;
7. Outros fatos ou observações cujo registro se torne conveniente aos trabalhos de fiscalização;
8. Ao final da obra, o Livro de Ordem de Obras e Serviços referido será de propriedade do CONTRATANTE.

A fiscalização deverá executar mensalmente a medição dos serviços, baseada no relatório apresentado pela CONTRATADA.

13. GARANTIA:

A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, na data da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia da ordem de 5,00% (cinco por cento), a ser prestada em qualquer das modalidades previstas no artigo 70 da Lei Nº13.303/2016.

14. SUBCONTRATAÇÃO:

É permitida a subcontratação de serviços especiais. (instalação do sistema de energia solar).

15. ADMISSÃO DE CONSÓRCIO:

Considerando a natureza dos serviços que não apresenta complexidade, fica VEDADA a admissão de consórcio.

16. CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL:

A CONTRATADA deverá apresentar Certidão de Acervo Técnico (CAT) de ter realizado quantitativos mínimos dos serviços de: pavimentação lajotas concreto, altamente vibrado (5.959,50m²), canal pré-fabricado, em concreto protendido e/ou armado, com seção em "U" (522,00m²), estrutura metálica, com aço ASTM A- 572 (10.709,74 kg), cobertura de canal pré-fabricado (217,50m²), cobertura em telhado cerâmica colonial (980,02m²), ou poderá ser apresentado a Certidão de Acervo Técnico (CAT) do profissional responsável com a comprovação mencionada.

Serão aceitos CAT - Certidão de Acervo Técnico, que separadamente complementem as atividades acima exigidas, porém, não serão aceitas as somas das áreas.

As quantidades acima constituem se limites mínimos, correspondentes a 50% dos quantitativos dos itens de maior relevância técnica ou economicamente relevantes.

17. QUADRO DE INSTALAÇÕES/APARELHAMENTO/PESSOAL TÉCNICO:

A CONTRATADA deverá fornecer toda a mão-de-obra, equipamentos, para execução dos serviços especificados, estendidas também a atividades complementares, não indicadas neste PROJETO BÁSICO e que poderão ser autorizadas pela FISCALIZAÇÃO.

As obras objeto deste PROJETO BÁSICO serão executadas sob a direção e responsabilidade técnica de um (01) engenheiro(a) ou arquiteto (a) com experiência mínima de 5 anos comprovada através de Certidão de Acervo Técnico – CAT, emitida pelo CAU/CREA em obras com as mesmas características, complexidade e porte, primando pela qualidade e a boa técnica dos serviços, estando autorizado(a) a representar a CONTRATADA em suas relações com o CONTRATANTE.

A CONTRATADA se obriga a manter o profissional acima indicado como Responsável Técnico na direção dos trabalhos e no local das obras até o seu final. A substituição do Responsável Técnico poderá ser feita por outro de igual lastro de experiência e capacidade, cuja aceitação ficará a exclusivo critério do CONTRATANTE.

18. SUSTENTABILIDADE NA FORMA DO DECRETO ESTADUAL Nº 43.629/2012:

A título exemplificativo, o decreto em comento arrola os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental os quais recomenda a sua implementação para cumprimento das boas práticas:

- (i) economia no consumo de água e energia;
- (ii) minimização da geração de resíduos e destinação final ambientalmente adequada dos que forem produzidos;
- (iii) racionalização no uso de matérias-primas;
- (iv) redução da emissão de poluentes;
- (v) adoção de tecnologias menos agressivas ao meio ambiente;
- (vi) implementação de medidas para reduzir os gases estufa;
- (vii) utilização de produtos de baixa toxicidade;
- (viii) utilização de produtos com a origem ambiental sustentável comprovada.

Vale frisar que uma contratação sustentável não pode, ao revés, se afastar dos critérios objetivos na descrição do objeto licitado e de julgamento, a fim de não violar a isonomia entre os licitantes e a competitividade.

18.1. LICENCIAMENTO AMBIENTAL:

- A PREFEITURA deverá providenciar o licenciamento ambiental, caso necessário.

19. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

Constituem obrigações do CONTRATANTE:

- I. realizar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas no contrato;
- II. fornecer à CONTRATADA os documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato;
- III. exercer a gestão e a fiscalização do contrato;
- IV. receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas:
 - 1. O objeto do presente contrato será recebido provisoriamente, mediante apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas a a d, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212/1991, da comprovação de regularidade fiscal em relação aos tributos incidentes sobre a atividade objeto deste contrato e do Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita da CONTRATADA, após parecer circunstanciado de comissão ou de membro designado pelo CONTRATANTE, com a aprovação, pelo Fiscal e pelos Gestor do contrato, dos desenhos as built, que deverão ser entregues em original, no formato e apresentação definidos pelo CONTRATANTE, sem qualquer ônus adicional para este.
 - 2. O objeto do presente contrato será recebido definitivamente, em prazo não superior a 90 (noventa) dias, após parecer circunstanciado da Comissão depois de decorrido o prazo de observação e de vistoria que comprove o exato cumprimento dos termos contratuais.
- V. Informar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos serviços, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;

- VI. Fornecer à CONTRATADA as recomendações e/ou instruções a serem seguidas durante a prestação dos serviços;
- VII. Permitir a entrada dos funcionários da empresa CONTRATADA, devidamente identificados, para realizar os serviços contratados.

20. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Constituem obrigações da CONTRATADA:

- I. Conduzir a execução do contrato de acordo com a legislação vigente;
- II. Atender todas as especificações constantes do edital, de seus anexos e da proposta;
- III. Executar o contrato com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho;
- IV. manter durante toda a duração deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação na licitação;
- V. Tomar as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução dos trabalhos;
- VI. Se responsabilizar integralmente pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto deste contrato, respondendo por si e por seus sucessores;
- VII. Iniciar e concluir a obra nos prazos estipulados; prestar, sem quaisquer ônus para o CONTRATANTE, os serviços necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados na execução do objeto, sempre que a ela imputáveis;
- VIII. Atender as determinações e exigências formuladas pelo CONTRATANTE; manter preposto no local da obra, para prover o que disser respeito à regular execução dos serviços;
- IX. Responsabilizar-se por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessária à completa realização das obras, até a sua entrega perfeitamente concluída;
- X. Obedecer às normas trabalhistas vigentes, contidas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no que concerne à despesa da contratação com vínculo empregatício do pessoal a ser empregado na execução das obras, englobando todas e quaisquer despesas decorrentes da execução dos contratos de trabalho em razão de horário, condição ou demais peculiaridades;
- XI. Responsabilizar-se integralmente pela iluminação, instalações e despesas delas provenientes, e equipamentos acessórios necessários à fiel execução das obras contratadas;
- XII. Responsabilizar-se integralmente pela qualidade das obras e pelos materiais empregados, que devem guardar conformidade com as especificações dos Projetos Básico e Executivo, quando houver, com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, e demais normas técnicas pertinentes, a serem atestadas pelo CONTRATANTE;
- XIII. Responsabilizar-se durante todo o prazo de execução dos serviços pelo cumprimento das Normas de Segurança e Medicina do Trabalho, conforme disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal e demais legislações aplicáveis, com vistas a prevenir acidentes de quaisquer natureza com as máquinas, equipamentos, aparelhagem e empregados, seus ou de terceiros, na execução de obras ou serviços ou em decorrência deles;
- XIV. Observar na execução das obras, as normas de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, em especial o Decreto n.º 5.296, de 02/12/2004 e a NBR 9050;
- XV. Manter constante e permanentemente vigilância sobre os serviços e as obras executados, bem como sobre os equipamentos e materiais, cabendo-lhe total responsabilidade por quaisquer perdas e danos,

que eventualmente venham a ocorrer até a Aceitação Definitiva das Obras;

- XVI. Não utilizar qualquer tipo de asbesto/amianto no objeto deste contrato ou de qualquer outro produto que contenha essa fibra; na forma do disposto no Decreto Estadual n.º 40.647 de 08/03/2007,
- XVII. Proceder à matrícula da obra junto ao INSS, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias a contar da assinatura do contrato, sendo o cumprimento desta obrigação condição para a liberação dos pagamentos;
- XVIII. Obriga-se a fornecer e instalar, no local de obras, placas indicativas, conforme padrão a ser fornecido pela fiscalização, devendo, no canteiro de obras, prever sala para acomodação da fiscalização do CONTRATANTE,
- XIX. Obriga-se a apresentar no final da obra a CND do INSS relativo à obra;
- XX. Obriga-se a apresentar, a cada 3 (três) meses, prova de que:
 - 1. está pagando os salários até o quinto dia útil de cada mês seguinte ao vencimento ou na forma estabelecida no Estatuto, no último caso;
 - 2. anotou as Carteiras de Trabalho e Previdência Social dos empregados vinculados à obra; e
 - 3. encontra-se em dia com os recolhimentos dos tributos, contribuições e encargos;
- XXI. Registrar todos os seus empregados, previamente, junto à Fiscalização do CONTRATANTE, através de listagem escrita constando nome completo, número do documento de identidade e profissão/função;
- XXII. Registrar o Contrato e a Anotação de Responsabilidade Técnica no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA/RJ ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo CAU/RJ, na forma da legislação pertinente, onde se observe a marcação do campo “declaro o cumprimento das normas da ABNT referentes à acessibilidade em atendimento ao parágrafo 1º do art.11 do Decreto nº 5.296/2004”, constante do formulário disponibilizado pelo CREA-RJ;
- XXIII. Observar o cumprimento do quantitativo de pessoas com deficiência, estipulado pelo art. 93, da Lei Federal nº 8.213/1991; em consonância com a Lei Estadual nº 7.258/2016
- XXIV. Manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual nº 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública; caso a contratada ainda não tenha o Programa de Integridade instituído, compromete-se a implantá-lo no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias corridos, a partir da data de celebração do presente contrato, na forma da Lei nº 7.753, de 17/10/2017.
- XXV. É de total responsabilidade da CONTRATADA o cumprimento das normas ambientais vigentes para a execução dos serviços objeto do presente PROJETO BÁSICO, no que diz respeito à poluição ambiental e destinação de resíduos. A CONTRATADA deverá providenciar “Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil”, de acordo com o estabelecido na Resolução Nº307, de 05 de julho de 2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA.
- XXVI. A CONTRATADA deverá adotar todas as medidas que se fizerem necessárias para que a consecução dos serviços objeto do presente PROJETO BÁSICO não decorra qualquer degradação ao meio ambiente;
- XXVII. A CONTRATADA deverá assumir todas as responsabilidades e adotar as medidas cabíveis para a correção dos danos que eventualmente vierem a ser causados, caso ocorra passivo ambiental, em decorrência da execução dos serviços objeto do presente PROJETO BÁSICO;
- XVIII. A CONTRATADA deverá adotar as ações, como boas práticas na prestação de serviços, a serem desempenhadas por intermédio de seus profissionais nas atividades diárias, e também nas atividades empresariais, nos seguintes termos:
 - 1. Otimização de recursos materiais;

2. Redução do desperdício de materiais, energia e água por parte de seus profissionais no desempenho das atividades diárias;
 3. Destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades diárias, incluindo coleta seletiva.
 4. Observar o cumprimento das normas relativas à gestão de resíduos da construção civil;
- XXIX. A CONTRATADA deverá providenciar, quando for o caso, junto às concessionárias de serviços públicos as ligações provisórias ou definitivas, e quaisquer outras medidas que se tornarem indispensáveis à execução do serviço e de sua entrega em definitivo;
- XXX. A CONTRATADA deverá apresentar guia de recolhimento, devidamente quitada, da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, CREA; ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, CAU, dos profissionais responsáveis pela execução dos serviços objeto do presente PROJETO BÁSICO;
- XXXI. A CONTRATADA deverá providenciar relatório onde especifique, dimensione e situe cada serviço, com localização clara dos itens através de croquis e registro fotográfico do local, com fotos da configuração e características das edificações, equipamentos e instalações objeto do presente PROJETO BÁSICO, **antes, durante, e após a execução (mostrando as transformações ocasionadas)** dos serviços contratados, para cadastramento e efetivação das medições;
- XXXII. A CONTRATADA fornecerá e manterá, no local dos serviços, um Livro de Ordem de Obras e Serviços que será preferencialmente eletrônico e estará vinculado à respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme instituído pela Resolução CONFEA nº 1.094/2017. No Livro de Ordem, ou documento equivalente, serão obrigatoriamente registrados, pela CONTRATADA:
1. dados do empreendimento, de seu proprietário, do responsável técnico e da respectiva ART;
 2. as datas de início e de previsão da conclusão da obra ou serviço;
 3. as datas de início e de conclusão de cada etapa programada;
 4. os relatos de visitas do responsável técnico;
 5. o atual estágio de desenvolvimento do empreendimento no dia de cada visita técnica;
 6. orientação de execução, mediante a determinação de providências relevantes para o cumprimento dos projetos e especificações;
 7. acidentes e danos materiais ocorridos durante os trabalhos;
 8. nomes de empresas e prestadores de serviço contratados ou subcontratados, caracterizando seus encargos e as atividades, com as datas de início e conclusão, e números das ARTs respectivas; quando não há restrição no presente PROJETO BÁSICO.
- XXIII. Na execução dos diversos serviços objeto do presente PROJETO BÁSICO, a CONTRATADA deverá observar, rigorosamente, o disposto nas Normas Técnicas reguladoras, estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, e Norma Brasileira - NBR, específicas para cada natureza e tipo de serviço.

21. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução, ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o CONTRATADO, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverão ser graduadas de acordo com a gravidade da infração:

1. advertência;
2. multa administrativa;

3. suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública.

A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida, deverá ser considerado para a sua fixação.

A imposição das penalidades é de competência exclusiva do CONTRATANTE.

A advertência e a multa, previstas em 1 e 2 acima, serão impostas pelo Diretor da área, na forma do art. 236, do Regulamento de Licitações e Contratos da EMOP.

A suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista no item 3, acima, serão impostos pelo Diretor Presidente, na forma do art. 236, do Regulamento de Licitações e Contratos da EMOP.

Com referência a valores e forma de aplicação, serão pormenorizados em contrato,

Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas assegurar-se-á o direito ao contraditório e ampla defesa.

22. MATRIZ DE RISCO:

A Matriz de Risco do contrato originado do presente Projeto Básico deverá obedecer ao seguinte critério:

Categoria de Risco	Descrição do Evento Causador do Risco	Consequência na Execução do Objeto	Medidas para Tratamento do Risco	Responsável pelo Tratamento do Risco
Operacional	Eventos naturais e outros, não controláveis ou imprevisíveis, que possam comprometer a execução dos serviços.	Aumento de custo e/ou atraso na execução do objeto.	Propor ações para lidar com as consequências desses eventos. Comunicar a EMOP caso existam impactos no prazo e/ou custo.	EMOP E CONTRATADA
Operacional	Comunicação deficiente entre as partes	Atraso na execução do objeto.	Definir reuniões periódicas visando manter comunicação sobre o projeto, incluindo tratamento de dúvidas e resolução de conflitos.	EMOP E CONTRATADA
Operacional	Ambiente de trabalho inseguro, propiciando a ocorrência de acidentes.	Atraso na execução do objeto.	Adotar as medidas de segurança do trabalho previstas em contrato.	EMOP e CONTRATADA
Técnico	Falta ou atraso na mobilização de recursos humanos e/ou materiais por parte da contratada.	Atraso na execução do objeto.	Monitorar o avanço físico da obra. Sinalizar desvios e propor medidas corretivas tempestivamente.	EMOP e CONTRATADA

Categoria de Risco	Descrição do Evento Causador do Risco	Consequência na Execução do Objeto	Medidas para Tratamento do Risco	Responsável pelo Tratamento do Risco
Tempo e Qualidade	Falta de descentralização de crédito prevista no Termo de cooperação Técnica.	Atraso no cronograma da Obra. Paralisação da Obra.	Emitir termo aditivo de suspensão de contagem de prazo ou, rescisão contratual.	EMOP
Tempo e Qualidade	Atraso ou falta de pagamento das faturas/notas fiscais de responsabilidade da EMOP.	Atraso no cronograma da Obra. Paralisação da Obra.	Emitir termo aditivo de suspensão de contagem de prazo ou, rescisão contratual.	EMOP
Tempo e Qualidade	Acidente de trabalho	Atraso na execução dos serviços	Treinamento da M.O., Utilização de EPI, Organização do canteiro de obras	CONTRATADA
Tempo e Qualidade	Fatos retardadores ou que impedem a execução do Contrato próprios de riscos ordinário da atividade empresarial ou da execução.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço	Planejamento Empresarial.	CONTRATADA

*NOTA: A definição do escopo, das especificações e quantitativos do presente Projeto Básico é de responsabilidade dos profissionais que elaboraram os documentos inseridos no Processo: **Relatórios, memoriais descritivos, projetos e orçamentos.***



Documento assinado eletronicamente por **Marco Aurelio Marques Correa, Engenheiro**, em 02/09/2022, às 11:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marllon da Silva Nogueira, Gerente**, em 02/09/2022, às 11:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **Kiara Cristina Cosme, Gerente**, em 02/09/2022, às 11:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **38940181** e o código CRC **A67DB614**.

Campo de São Cristóvão, 138, - Bairro São Cristovão, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20921-440
Telefone: